



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638552 - MG (2021/0001136-0)

**RELATOR** : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ  
**IMPETRANTE** : RODRIGO GERALDO SIMPLICIO DA SILVA  
**ADVOGADO** : RODRIGO GERALDO SIMPLÍCIO DA SILVA - MG134626  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : LUCIO RODRIGO TIAGO GUSMAO SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCIO RODRIGO TIAGO GUSMAO SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (1.0000.21.000075-8/000).

O paciente foi preso preventivamente sob a acusação de que teria praticado o crime previsto no art. 33, *caput*, c/c art. 40, inciso VI, ambos da Lei n. 11.343/06.

O impetrante sustenta a ilegalidade da prisão, ante a não realização da audiência de custódia. Alega que na hipótese não estão preenchidos os requisitos previstos no art. 312 do CPP. Afirma que o ato judicial atacado é omissivo quanto à possibilidade de deferimento de medidas cautelares diversas da prisão. Por fim, aduz que o paciente “sofre de hipertensão arterial sistêmica, inclusa no rol de doença que se enquadra no grupo de risco do COVID-19, devendo ter mais cuidado em contrair a covid, pois o risco de morte é mais elevado”.

Requer a concessão da medida liminar pleiteada para que seja garantido ao paciente, nos termos da decisão proferida no HC n. 188.820/DF-MC, a substituição da prisão preventiva por domiciliar, cumulada ou não com medidas cautelares alternativas.

Requer ainda que “seja confirmado o pedido liminar, bem como seja julgado procedente em sua totalidade o presente *writ*, concedendo em definitivo, a ordem determinando de modo excepcional a prisão domiciliar”. Por fim, “requer a manifestação expressa sobre os dispositivos legais e constitucionais supramencionados, para efeito de prequestionamento”.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não

foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.  
[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ademais, o TJMG consignou o seguinte:

Nestes termos, tenho que o ato impugnado não deve ser desconstituído de forma prematura, já que não se mostra, *prima facie*, desarrazoado ou carente de fundamentação, nada obstante as razões lançadas pela d. Instituição impetrante.

Por fim, destaco estar ciente das recomendações que nos foram feitas pela Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, observando a proliferação do COVID-19 e todos os riscos potenciais de sua disseminação.

Também ressalto que cabe ao Julgador neste momento tão ímpar, analisar com cuidado e sensibilidade as especificidades e particularidades de cada caso que lhe seja trazido, mantendo o dever de responsabilidade do Estado para com a saúde da população.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.  
Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente